

PROJETO DE LEI Nº DE DE 2025.

**DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO
DOS ANEXOS IX e XII DA LEI Nº
6.377, DE 09 DE ABRIL DE 2019 E
SUAS ALTERAÇÕES
POSTERIORES.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ – MT, no uso das atribuições que lhe confere a legislação vigente, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o anexo IX da Lei nº 6.377, de 09 de abril de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“ANEXO IX
FUNÇÕES COMISSIONADAS E RESPECTIVOS VALORES INDENIZATÓRIOS**

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VALOR
Agente de Contratação e Pregoeiro	FC01	R\$ 3.400,00
Membro da Equipe de Contratação	FC02	R\$ 1.940,00
Fiscal de Contrato	FC03	R\$ 1.350,00 (NR)
FC da Mesa Diretora	FC04	R\$ 970,00 (NR)”

Art. 2º Fica alterado o anexo XII da Lei nº 6.377, de 09 de abril de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“ANEXO XII
FUNÇÕES COMISSIONADAS E RESPECTIVOS VALORES INDENIZATÓRIOS
VINCULADAS A SECRETARIAS E UNIDADES DA ADMINISTRAÇÃO**

DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO	VALOR
Coordenador	FC - 01	R\$ 4.000,00 (NR)
Assessor Especial	FC - 02	R\$ 3.110,00 (NR)
Assessor Técnico I	FC - 03	R\$ 2.240,00 (NR)
Assessor Técnico II	FC - 04	R\$ 1.600,00 (NR)
Assessor Técnico III	FC - 05	R\$ 1.170,00 (NR)
Função Comissionada Contenciosa	FC – 04	R\$ 1.600,00 (AC)
Função Comissionada Administrativa	FC – 04	R\$ 1.600,00 (AC)
Função Comissionada Legislativa	FC – 04	R\$ 1.600,00 (AC)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2026.



JUSTIFICATIVA

A presente proposta de alteração dos anexos IX e XII da Lei nº 6.377, de 09 de abril de 2019, tem por finalidade readequar os valores atualmente atribuídos às funções comissionadas de Fiscal de Contrato e da Mesa Diretora, bem como fixar os valores devidos às Funções Comissionadas vinculadas à Procuradoria Legislativa, especificamente às de Assessoria Especial de Contencioso Judicial, Assessoria Especial de Contratos e Licitações e Assessoria Especial de Assuntos Legislativos.

No tocante à adequação dos valores das funções comissionadas de Fiscal de Contrato e da Mesa Diretora, a medida busca promover maior equilíbrio e coerência na estrutura administrativa, considerando que, a despeito da elevada responsabilidade inerente ao exercício desses encargos, os valores atualmente fixados encontram-se aquém daqueles praticados em funções de similar complexidade nesta Casa de Leis.

O ajuste dos valores indenizatórios visa adequar a remuneração às responsabilidades inerentes às funções, reconhecendo a complexidade e relevância das atribuições desempenhadas e contribuindo para maior eficiência administrativa. Trata-se de medida necessária para garantir a continuidade dos serviços prestados e fortalecer a gestão pública.

As Funções Comissionadas vinculadas à Procuradoria Legislativa têm como objetivo fortalecer a atuação institucional da Câmara Municipal em áreas estratégicas, garantindo o aprimoramento da gestão e a especialização técnico-jurídica em demandas judiciais, contratos, licitações e assessoramento legislativo. A medida também corrige distorção histórica, ao assegurar condições equânimes de funcionamento entre os setores, já que a Procuradoria até então não dispunha de funções específicas para suas atribuições. Ademais, o valor estabelecido encontra-se em patamar compatível com aqueles fixados para as demais unidades desta Casa Legislativa, assegurando isonomia e equidade.

Dessa forma, a presente iniciativa revela-se legítima e oportuna, alinhando-se aos princípios da legalidade, eficiência e isonomia que regem a Administração Pública, razão pela qual se espera a aprovação da matéria.

Por essas razões, solicitamos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Palácio Paschoal Moreira Cabral, Sala das Sessões, em 16 de dezembro de 2025.

VEREADORA PAULA CALIL – PL
Presidente da Câmara Municipal de Cuiabá

VEREADORA MAYSA LEÃO
1ª Vice-Presidente

VEREADORA MICHELLY ALENCAR
2ª Vice-Presidente



VEREADORA KATIUSCIA MANTELI

1ª Secretária

VEREADORA DRA. MARA

2ª Secretária



Autenticar documento em <https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade>
com o identificador 3500300035003700320037003A005000, Documento assinado
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.

